

Análise das Interações da Audiência Pública da CTFC sobre a Privatização da Celepar - 08/07/2025 - Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **35 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), realizada em 08/07/2025, sobre a Privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). O documento sintetiza as principais preocupações, questionamentos e o posicionamento do público sobre a privatização da Celepar e seus potenciais impactos.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 35

Temas principais:

- 1. Segurança, Privacidade e Proteção de Dados (54%):** Esta foi a preocupação mais expressiva, dominando mais da metade das interações. Os cidadãos estão alarmados com a possibilidade de vazamentos, uso indevido e comercialização de seus dados pessoais sensíveis, como informações de saúde, educação, segurança pública e dados de crianças. Há um forte questionamento sobre como uma empresa privada, orientada pelo lucro, poderia garantir a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e proteger as informações contra ataques cibernéticos e interesses comerciais.

Exemplo: “É confiável ter foto do seu filho na escola ou seu histórico médico a uma empresa que pode lucrar com essas informações?” (Fernando S. - PR)

2. **Justificativas e Transparência do Processo (20%):** Um número significativo de cidadãos questionou a lógica e a necessidade da privatização. As perguntas focam na falta de estudos de impacto, na ausência de consulta pública e na validade das razões apresentadas pelo governo, como a economia de custos, especialmente por considerarem a Celepar uma empresa lucrativa e de referência. A legalidade dos contratos futuros e a forma como a transição seria conduzida também são pontos de grande preocupação.

Exemplo: “Sendo a Celepar uma empresa lucrativa e referência em governo digital, qual a real justificativa técnica para sua privatização?” (Harry T. - PR)

3. **Soberania Digital e Controle Estratégico (14%):** Este tema aborda o receio de que o Estado do Paraná perca o controle sobre sua própria infraestrutura tecnológica e se torne dependente de uma entidade privada. A Celepar é vista como um ativo estratégico para a soberania do estado, e sua venda é percebida como um risco à capacidade do governo de gerir serviços públicos essenciais e garantir a segurança nacional no âmbito digital.

Exemplo: “Como o Estado evitará dependência tecnológica da futura empresa privada ao privatizar a Celepar e seus sistemas públicos?” (Carlos G. - PR)

4. **Risco de Monopólio e Priorização do Lucro (12%):** Os participantes expressaram temor de que a privatização entregue o controle de dados e sistemas críticos a uma empresa cujo principal objetivo é o lucro, e não o interesse público. A preocupação é que serviços essenciais, como os de polícia, trânsito e portos, passem a ser operados sob uma lógica puramente comercial, podendo comprometer sua eficácia e integridade, além de criar monopólios privados sobre serviços públicos.

Exemplo: “Quão confiável é delegar a empresas privadas, que visam o lucro, o acesso a dados sensíveis como imagens de crianças em ambientes escolares?” (Pedro C. -MG)

Em suma, as participações dos cidadãos revelam um posicionamento majoritariamente contrário e apreensivo em relação à privatização da Celepar. Os temas centrais foram a segurança e a privacidade de dados sensíveis, a falta de justificativas transparentes para a venda de um ativo estratégico e lucrativo, e a ameaça à soberania digital do estado. O receio de que o interesse público seja substituído pela busca do lucro, comprometendo serviços essenciais, foi um assunto transversal em todas as interações.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34504>.